

Boletins do CPOE/RS/Brasil (1947-1966): documentação pública preservada em
acervos privados permite pesquisa sobre o ensino de matemática

Maria Cecilia Bueno Fischer
Beatriz T. Daudt Fischer

A partir de análise documental, tendo como base empírica *Boletins do CPOE*, o estudo analisa diretrizes para ensino e avaliação da matemática no estado do Rio Grande do Sul/Brasil, entre os anos 1947 e 1966, conforme determinações do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE), órgão oficial da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil. Neste estudo inicialmente se desdobram considerações e questionamentos acerca da guarda e preservação de patrimônio material e imaterial das instituições educativas em nosso país, como é o caso do CPOE. Considerado por alguns historiadores da educação como uma das instâncias de poder mais influentes da época, este Centro teve a quase absoluta totalidade de seu acervo eliminado pela denominada onda modernizadora que se abateu no país pós golpe militar, mais precisamente no início dos anos 70. Alguns professores que estiveram atuando no CPOE naquele período decidiram recolher parte dos materiais, salvando em suas residências preciosas publicações. Trata-se, pois, de um patrimônio educativo público felizmente preservado em acervos privados. Após tentativas diversas, não só tivemos acesso aos mesmos como fomos contemplados em recebê-los para acervo do grupo de pesquisa. O texto inicialmente desenvolve considerações acerca da problemática em torno da preservação de acervos públicos e privados, exemplificando com o processo de busca de dados para este estudo, e a seguir apresenta a identidade do CPOE bem como o contexto sociopolítico do período. Em prosseguimento analisa doze boletins (de uma totalidade de 14 publicados, dois não localizados), cada um tendo em média trezentas páginas. Metodologicamente, as etapas de investigação do presente estudo seguem passos não necessariamente em perspectiva linear. Constata-se que o conteúdo, rico e diverso, inclui decretos e demais documentos de base legal advindos da Secretaria de Educação, como comunicados, informações sobre missões pedagógicas, sobre cursos de formação de professores (para a Escola Normal e também para professores em serviço), além de inúmeras sugestões de temas e atividades didáticas para as disciplinas do currículo do ensino primário, com especial ênfase para leitura, escrita e matemática. Trata-se de buscar saber de que modo tal documentação faz referência ao ensino de matemática e à respectiva gestão dos processos avaliativos nos currículos do então denominado ensino primário. Embora matemática seja considerada por alguns como campo de saber neutro, nos Boletins é possível identificar rastros de forças políticas emanadas através de decretos e/ou diretrizes curriculares. Nas conclusões, destaca-se a força política do CPOE e a importância do ensino de matemática desde que processos avaliativos sejam encarados cientificamente. Retomam-se questões sobre a preservação (e a não preservação) de documentos embora enfatizando: confere-se valor histórico aos mesmos desde que pesquisadores/as estejam cientes das limitações que os materiais encerram: a consciência de que cada documento – no caso, cada um dos Boletins – já encerra em si uma interpretação, uma vez que neles só consta aquilo que foi selecionado e aprovado por alguém que no passado detinha poder de decisão.